

O JARDIM PLANETÁRIO: UMA UTOPIA PARA O SÉCULO XXI?

Desidério Batista e Rute Sousa Matos

Universidade do Algarve e Universidade de Évora, CHAIA/UÉ

Introdução

As actividades humanas desenvolvem-se de forma sistemática, cumulativa e continuada sobre a Terra, desde há milhares de anos, produzindo alterações significativas na sua face. Este processo de transformação da superfície terrestre corresponde à construção de Paisagens que, para além da acção directa da Natureza, decorre da intervenção do Homem sobre esta e é, implicitamente, influenciada pela sua Cultura. Durante milénios, e até há relativamente pouco tempo, ao nível do planeta, este processo caracterizou-se por um equilíbrio Homem – Natureza, de que resultaram paisagens quer rurais, quer urbanas caracterizadas pela beleza e pela harmonia. No entanto, nas últimas décadas, as intervenções humanas - cada vez mais intensas, drásticas e abrangentes - têm desrespeitado, com demasiada frequência, as próprias “regras e limites” da paisagem. Reflexo do actual modelo de desenvolvimento socioeconómico, essas intervenções contribuíram para a degradação da paisagem, originando situações que tanto põem em risco a sua estabilidade física, a integridade ecológica, a identidade cultural e a sustentabilidade económica como a qualidade de vida do próprio Homem e as suas perspectivas de futuro.

O Homem parece ter esquecido o seu lugar no ecossistema global e o seu papel como agente primordial no processo de construção e de gestão da paisagem enquanto seu habitat. Não nos restam dúvidas de que as rápidas e intensas transformações da sociedade e do território implicam e tornam necessárias mudanças importantes nos conceitos e modelos de organização e gestão da paisagem; como não nos restam dúvidas quanto ao papel da Utopia nesta mudança de paradigma e ao papel da Arte Paisagista e dos Jardins enquanto idealização e demonstração da sua possibilidade.

No âmbito do actual debate sobre a necessidade de formulação de um novo modelo de ocupação e de organização espacial, que recupere a relação harmoniosa e equilibrada entre as comunidades humanas e o território, entre a cidade e o seu *hinterland*, pretende-se com este artigo contribuir para a reflexão sobre novas concepções e estratégias de intervenção na paisagem contemporânea, a partir da teoria e da *praxis* da Arquitectura

Paisagista. Assumindo a necessidade de uma mudança de modelo de desenvolvimento territorial, que procure a configuração de uma paisagem para o futuro, em que a Sociedade e a Natureza se possam desenvolver a longo prazo, propõe-se: a) a revisitação e a revisão dos conceitos, operantes, de Paisagem e de Jardim; b) a reflexão sobre o papel e a importância do novo conceito de Jardim Planetário e da sua inter-relação com outras noções emergentes de elevado poder operativo e de síntese, no âmbito da interpretação e da intervenção na paisagem contemporânea.

1. Das ideias de Paisagem e de Jardim

No âmbito da Arquitectura Paisagista reconhece-se, desde logo a convergência conceptual, mas também formal, entre os conceitos de Paisagem e de Jardim, cujas relações são profundamente intrincadas, se não na forma, certamente no plano das ideias [Carapinha, 1995]. Antes de tecermos, ainda que brevemente, a teia que os relaciona convém, primeiro, definir ambos os conceitos no quadro do *corpus* teórico e da prática da Arquitectura Paisagista. Se a polissemia e a dimensão poliédrica do termo de paisagem se encontram evidenciadas nas mais de cem acepções contidas no Dicionário *Landscape and Urban Planning*, editado em 2001 pela IFLA [International Federation of Landscape Architects], o conceito adoptado no âmbito da Arquitectura Paisagista – matéria que é, por natureza, interdisciplinar - é abrangente e relacional, holístico e integrador das quatro dimensões da paisagem: ecológica, socioeconómica, cultural e estética. Na Arquitectura Paisagista, a paisagem é, com efeito, encarada como um sistema complexo e dinâmico, em permanente transformação, que resulta da interacção entre factores naturais e culturais. O texto da Convenção Europeia da Paisagem enfatiza a ideia de paisagem como construção cultural e histórica ou seja, como espaço de organização complexa, produto da adição e da interacção de múltiplos processos, naturais e antrópicos. O intrincado tecido de relações que se estabelecem entre as populações e o seu território traduz-se na sobreposição simultânea ou sucessiva de diferentes culturas e a ideia de paisagem como palimpsesto é recorrentemente divulgada no âmbito da investigação quer teórica, quer aplicada sobre esta temática.

Uma análise etimológica da palavra paisagem fala-nos, exactamente, do papel desempenhado pela construção e pela vivência enquanto agentes definidores da ideia de paisagem: tanto o termo latino *pagus* [território, região, país], que está na origem da palavra paisagem nas línguas românicas – paisaje [castelhano], paysage [francês],

paesaggio [italiano], peisaj [romeno] - como o termo anglo-saxónico *land* [porção delimitada do território], que está na origem da palavra paisagem nas línguas germânicas – *landschap* [holandês], *landschaft* [alemão], *landskab* [dinamarquês] e *landscape* [inglês] - significam ou expressam, simultaneamente, a organização do espaço e as relações entre as populações e os lugares.

As comunidades humanas estabelecem relações com o território e transformam-no em paisagem. Da análise dessas relações - estabelecidas quer na qualidade de actores, que tornam visíveis as suas acções; quer na de espectadores, que observam e interpretam o sentido dessas acções - advém a convicção de que a existência da Paisagem depende, sempre, da presença do Homem. A transformação do território / país em paisagem - consequência da intervenção humana - pode ser, nas palavras de Alain Roger [1997], directa (*in situ*) ou indirecta (*in visu*), e é, segundo este autor, sempre uma elaboração da arte ou uma “artealização”: é a Arte que determina a conversão da natureza e do território em paisagem. No tocante à Arte Paisagista e dos Jardins, e muito embora ela se integre no âmbito da primeira das modalidades (a intervenção directa, *in situ*), ela nega a estética que concede à arte o atributo exclusivo da valoração estética, antes afirmando o reconhecimento da Paisagem enquanto expressão da interacção entre os sistemas naturais e os sistemas sociais.

Tal como na paisagem, também no jardim se unem, articulam e conectam *natura* e *cultura*, materializando o microcosmos do mundo enquanto símbolo do nosso planeta. O jardim parece o lugar idóneo para se desenvolver e cultivar uma relação de harmonia e de equilíbrio com a Terra, que permita a salvaguarda e a valorização do planeta, porque é exactamente na ideia de paraíso terrenal que parece residir a origem do jardim enquanto lugar de infinita felicidade [sentimento] e utópica fertilidade [realidade]. Enquanto arquétipo de uma paisagem fundacional ou da paisagem [como criação] cultural [que o é, sempre], o jardim singulariza a individualidade caracterizadora de cada paisagem [real] e é, como ela, uma identidade plena.

No jardim e na paisagem se exprime o sentido da nossa relação com a superfície terrestre, facto que os torna essenciais para a própria existência humana e para a assunção do planeta enquanto habitat. A ideia de «Jardim Planetário», que abordaremos em seguida, sintetiza ambos os conceitos e assume o combate contra a dissolução dos vínculos entre o Homem e a Terra, originada pela utopia moderna, resgatando-os e incorporando-os como fundamento da [re]construção de um todo, social e ecologicamente coeso e equilibrado.

2. Da ideia de Jardim à escala do Planeta: o conceito de Jardim Planetário

Se a analogia do Planeta com o Jardim se baseia na própria definição de jardim enquanto espaço de vida delimitado e finito, que revela a realidade da relação e o vínculo de fusão entre o Homem e a Natureza, o Jardim Planetário representa o planeta como um jardim cujos limites são desenhados pela biosfera e pela vida na Terra. Nesta perspectiva, o Jardim Planetário é um projecto político de economia humanista, entendido como espaço comum [de todos os seres vivos] do presente e do futuro [Clément, 1997, 1999].

Para a introdução e a explicitação da ideia de Jardim Planetário – e assumindo, desde o início, tratar-se de um conceito difícil de explicar - Gilles Clément, arquitecto paisagista francês, recorreu a uma novela, *Thomas et le Voyageur. Esquisse du Jardin planétaire*, que escreveu em 1997; e a uma exposição, que organizou em 1999, no Parque de La Villette em Paris e cujo catálogo se intitulava, exactamente, *Le Jardin planétaire*. Através da articulação das visões distintas do artista (pintor) e do cientista (viajante) encarnadas pelos dois protagonistas da novela, Clément procura ilustrar e esquivar a ideia do planeta como jardim. A proposta é apresentada pela mão e pela emoção de Thomas, o pintor-artista, que pinta uma tela em que procura formalizar a ideia de jardim planetário partindo, para tal, do cruzamento de experiências e de escalas entre as paisagens percorridas pelo viajante-cientista, que lhe envia periodicamente relatórios de cariz científico sobre os lugares que vai percorrendo à volta do mundo, e o jardim da sua casa, que ele próprio concebeu, construiu e viveu intensamente.

Convicto de que toda a utopia produz simultaneamente defensores e detractores, e considerando, muito embora, que o Jardim Planetário é essencialmente um território mental, Clément avançou para a materialização da sua ideia enquanto curador de uma exposição com que transformou a *Grande Halle* do referido parque parisiense no jardim de um continente único. Símbolo da unidade ecológica planetária sem divisões administrativas nem geográficas, o jardim narrava, através de um percurso lúdico-didáctico, a história da interconexão entre Natureza e Cultura – ou seja, a história da [trans]formação da Paisagem-Jardim - recorrendo, para tal, a referências mais ou menos explícitas à ciência, à poesia, à arte e, sobretudo, à utopia. Sob o lema “agir com a Natureza e não contra ela”, os visitantes da exposição eram convidados – e através deles, todos nós - a percorrer os temas daquela história corporizados: a) no Jardim do Conhecimento, onde aprendiam a observar e a compreender; b) no Jardim da

Experiência, onde aprendiam a agir correctamente; c) no Jardim da Utopia, onde lhes era dado um espaço e um tempo para sonhar. A cada visitante – e, através dele, a cada um de nós - era assim oferecida a possibilidade de, à semelhança de Thomas, o pintor-artista, poder[mos] conceber e construir o seu [nosso] próprio Jardim Planetário.

Sempre de acordo com o pensamento de G. Clément, a ideia de que *Gaia* - a Terra como ser vivo e unitário - é um jardim, pressupõe, ainda, que a todo o ser humano seja atribuída a condição de cidadão-jardineiro planetário, a quem incumbe o papel - ancorado no pensamento universal e na acção local - de agente primordial na defesa e na gestão do ecossistema global e do jardim planetário.

Ao articular escalas espaciais e temporais, G. Clément oferece-nos a visão do jardim planetário como conceito essencial da interpretação e da intervenção na paisagem contemporânea, cuja gestão deverá garantir, sempre, a manutenção da diversidade biológica e cultural, condição essencial para a construção de uma paisagem sustentável. A ideia de jardim planetário do arquitecto paisagista francês transporta o Homem para uma visão feliz de futuro e participa na possibilidade de concreção dos seus sonhos e utopias.

3. Dos conceitos que constroem a ideia de Jardim Planetário

A ideia de Jardim Planetário relaciona-se e consubstancia-se com um conjunto de conceitos emergentes que, por possuírem um elevado poder evocativo, operativo e de síntese, são capazes de, por um lado, expressar a interacção entre arte, ecologia e paisagem, operacionalizando-se num novo modelo de leitura e de intervenção espacial; e de, por outro, resumir quer uma nova atitude face à condição paisagística contemporânea, quer uma parte das experiências e estratégias de intervenção mais recentemente desenvolvidas, no âmbito do novo modelo de ordenamento e projecto de paisagem preconizado por aquela ideia, e dos conceitos em que se apoia.

3.1. Do Jardim em Movimento à Terceira Paisagem

Os dois conceitos cunhados pelo criador da ideia de Jardim Planetário fornecem o eixo principal de reflexão que lhe está subjacente e que decorre da necessidade de, no âmbito do processo de intervenção na paisagem, se articularem e conciliarem os aspectos socioeconómicos e ecológicos, adoptando o princípio da utilização de meios e formas

mínimos para se conseguir obter os máximos resultados de beleza, funcionalidade e perenidade. Este princípio traduzir-se-á na criação de espaços vitais de eleição da sucessão e da diversidade biológicas - e, portanto, da evolução. Os espaços criados favorecem a imaginação e a invenção e são entendidos, no seu conjunto, como um espaço comum de futuro para todos os seres vivos. Deste modo se devolve ao Homem enquanto jardineiro-cidadão, o compromisso de uma gestão sustentável e o papel de garante da vida no Planeta.

Tanto a teoria do Jardim em Movimento como a da Terceira Paisagem incorporam uma ideia nova de ecologia [cultural], que se estrutura a partir dos conceitos de “metamorfose”, de “interacção”, de “sistema” entendidos como um conjunto dinâmico de processos [naturais e sociais] e de evolução temporal. Dentro desta perspectiva, a Arquitectura Paisagista assume, através do processo de planeamento e de projecto, um papel fundamental no processo evolutivo da paisagem [e no processo evolutivo biológico] ao contribuir para a renovação: a) dos conceitos de jardim, de paisagem e de cidade; b) dos modelos de intervenção que os têm como objecto, mediante a incorporação de ideias e variáveis que sugerem inter-relações mais subtis e proficuas entre a Natureza, as comunidades humanas e os seus assentamentos, urbanos ou rurais.

O conceito de Jardim em Movimento introduzido em 1991 antecede o de Jardim Planetário e é considerado pelo seu autor, no ensaio *Le Jardin en mouvement* [Clément, 1991], como um indicador planetário [qualquer jardim o é, na sua opinião], que funciona como mediador conceptual e formal entre o jardim convencional e o futuro jardim planetário. Este último, na sua forma ideal, tende a corresponder a uma amplificação do primeiro, à escala do globo terrestre. Construído do ponto de vista da ecologia planetária, o conceito de Jardim em Movimento centra-se na ideia de que o jardim é o lugar privilegiado da mudança e das dinâmicas da transformação, e interessa-se pelo vazio arquitectónico detentor de um “recheio” biológico - terrenos abandonados e baldios, essencialmente - onde a mudança da vegetação e as sucessivas e incessantes configurações dos espaços de circulação materializam as dimensões do tempo e do espaço. A sua gestão justifica o rico e expressivo termo de Jardim em Movimento e é exactamente na gestão desta mutabilidade constante que se encontra a essência da nova ideia de jardim, que vive da promiscuidade entre espécies vegetais [espontâneas, ornamentais, autóctones, exóticas] e traçados de percursos continuamente alterados. Nele, o jardineiro-cidadão, enquanto inventor e gestor, orienta o curso da Natureza segundo critérios científicos e de ordem plástica, articula os aspectos económicos,

ecológicos e estéticos, torna visíveis e úteis os processos naturais e os ciclos biológicos. Ao apostar numa economia de meios baseada na ideia de que com um mínimo de energia [dos lugares] se pode obter um máximo de benefícios ambientais, sociais e económicos, e de que, no domínio da arte, se consegue a máxima emoção estética e o máximo impacto intelectual com os mínimos meios, a filosofia do Jardim em Movimento funde ecologia e arte na procura da criação de novas paisagens.

No conceito de Jardim em Movimento está alicerçado o conceito de Terceira Paisagem enquanto espaço necessário e imprescindível de não intervenção e contraponto ao espaço do desenvolvimento económico. Consagrando-a – tanto sob o ponto de vista ecológico como sociocultural – enquanto reserva genética, por excelência, à escala planetária, G. Clément declara-a território biológico do futuro [2007]. A partir do conceito de Jardim em Movimento constrói, ainda, a ideia de Jardim Planetário enquanto contentor simultaneamente ideológico e sistema complexo e multidimensional, onde processos e fenómenos naturais se manifestam, à revelia da decisão humana, em espaços distintos. Espaços abandonados [resíduos urbanos, industriais ou agrícolas], inacessíveis ou não explorados [reservas], constituem, no seu conjunto, a Terceira Paisagem, fragmento irresoluto do jardim planetário, conforme formulado por Gilles Clément no seu *Manifeste du Tiers paysage*, publicado em 2004. Nesta obra, define a Terceira Paisagem como o território de refúgio para a diversidade de todos os seres vivos [incluindo a diversidade da espécie humana, que se expressa através das variedades étnicas e culturais]. A necessidade de preservação confere-lhe uma dimensão política, embora a Terceira Paisagem corresponda a um espaço que não expressa nem o poder, nem a submissão ao poder - condição que a liberta do espírito da acção e da intervenção, a faz depender de uma consciência colectiva e lhe confere, por inerência, a função matricial de uma paisagem global enquanto espaço comum do futuro. Dentro desta concepção, a paisagem evoca um *continuum naturale* corporizado numa estrutura ecológica contínua, sobre a qual é possível operar [intervir não significa necessariamente produzir] mediante, por um lado, a preservação dos diferentes espaços que a integram, e, por outro, a gestão de actividades, acontecimentos e movimentos que neles podem ocorrer. A Terceira Paisagem converte-se então numa membrana dinâmica, adaptável, ecologicamente sensível e biologicamente activa, e num autêntico campo de energia para o Jardim Planetário. Este incorpora-a substituindo o espaço da forma pelo espaço dos acontecimentos e dos movimentos ao longo do tempo. A Terceira Paisagem enquanto tecido vivo, evolutivo e conector de um território cada vez mais fragmentado

[contrário à sua própria condição de fragmento do jardim planetário] gera uma rede macroestrutural, que relaciona e articula qualquer ponto do planeta colonizando-o. Dentro desta perspectiva, a paisagem deixa de ser um mero albergue de programas [usos, funções, actividades] mais ou menos [im]previstos e passa a funcionar como um sistema operativo capaz de vertebrar e de interconectar.

Ao constituir-se como uma parte do Jardim Planetário, a Terceira Paisagem partilha as suas fronteiras, os limites da biosfera, possibilitando o movimento dos fluxos e dando visibilidade e utilidade aos processos naturais [circulação da água, do ar, da energia, da matéria orgânica, da fauna]. Tudo isto opera no espaço delimitado das superfícies contínuas, que configuram a ideia de estrutura ecológica [e biológica] e promovem a desterritorialização absoluta, através da qual o jardim conquista a sua dimensão planetária e ajuda a transformar a utopia em realidade. A não intervenção é a condição necessária para que o[s] espaço[s] da paisagem, na sua totalidade, adquira[m] uma força vital, promotora da auto-regeneração e da comunicação, mas também da reprodução e da evolução para lugares onde a coexistência entre o desenvolvimento económico e o desenvolvimento biológico, onde o vínculo de fusão entre o Homem e a Natureza, se tornam mais sólidos, coesos e profícuos.

3.2. Da Paisagem Global ao Jardim da Metrópole

Inscrito numa concepção de paisagem como entidade resultante deste vínculo, e embora tenha raízes no passado, o conceito de Paisagem Global proposto por Ribeiro Telles [1994] projecta-se no futuro perspectivando a interpretação e a intervenção na paisagem do século XXI. Enquanto paradigma que constrói o futuro, antecipa as ideias anteriormente expostas conceptualizando e expressando um novo modelo de intervenção, que funde arte e ecologia. Para tal, recorre à história da construção da paisagem e à ecologia como ciência para aplicar os conceitos e princípios de ambas na formulação de uma visão globalizante da paisagem, tanto em termos espaciais, ao partir do entendimento dos espaços urbano, suburbano, rural, natural como partes indissociáveis de um todo interligado e interactivo; como em termos temporais, ao ligar o passado e a tradição ao futuro e à inovação, na perspectiva da construção de uma paisagem [global] propícia ao desenvolvimento a longo prazo, tanto da Natureza como da Sociedade.

Baseado nas ideias e regras de organização das paisagens históricas, das quais resultou um processo de construção de paisagem harmonioso e equilibrado, que perdurou até à Revolução Industrial e foi responsável pela criação e pela permanência, temporal e espacial, da unidade cidade – campo, o conceito de Paisagem Global opõe-se ao desmembramento desta unidade, provocado pelo actual modelo de ocupação e de organização espacial, e resgata a estrutura organizacional que lhe subjaz. Por isso, constitui simultaneamente uma constatação e uma estratégia de intervenção, cujo alcance operativo se manifesta a dois níveis: a) através da sua capacidade efectiva de compreensão e sistematização do modelo contemporâneo de ocupação e utilização do território pelas comunidades humanas, associado à crescente fragmentação e degradação dos espaços urbano e rural; b) através da sua aplicação e implicação na esfera prática, que, enquanto proposta alternativa de intervenção espacial na dimensão de projecto e nas políticas de ordenamento e urbanismo, procura contrariar o processo de desenvolvimento urbano em curso [difuso e fragmentário] a favor da reconstrução do modelo histórico de complementaridade e interdependência entre os sistemas urbanos e os sistemas rurais.

Para isso, afirma Ribeiro Telles, é necessário estabelecer o *continuum naturale* e o *continuum culturale* enquanto estrutura ecológica e cultural, que integra todos os elementos e ocorrências naturais e patrimoniais. Esta estrutura é fundamental para as relações entre as diferentes componentes da paisagem, tanto espaciais [espaço urbano, periurbano, rural] como temporais. Com ela se constroem pontes entre urbanidade e ruralidade, na perspectiva da configuração de um todo, onde o Homem do futuro encontrará a sua mais ampla e criativa maneira de habitar.

Esta visão de futuro baseada no reencontro entre a cidade e o campo, entre as comunidades humanas e a Natureza, em que se encontra implícita uma ontologia, sustenta igualmente a ideia de Jardim da Metrópole formulada por Enric Batlle [2011]. Embora sublinhando os conteúdos propositivos e prospectivos que o conceito de Ribeiro Telles encerra como modo de pensar e de construir uma paisagem para o futuro, E. Batlle não pretende, porém, com o princípio de continuidade ecológica e cultural que ambos os autores partilham como estratégia de intervenção, abarcar e resolver o todo dentro do modelo que decorre da ideia de Paisagem Global, procurando, antes, ser o reflexo da sua essência. Assim, a convergência conceptual e formal Ribeiro Telles e de E. Battle revela sobretudo a sua complementaridade no tocante à adopção do sistema de espaços não-edificados e de espaços intersticiais da paisagem urbanizada enquanto

elementos estruturadores e vertebradores fundamentais. Para ambos os autores, este sistema constitui-se como o principal protagonista na [re]organização da paisagem às escalas regional e metropolitana.

Se, face à concepção fragmentária da realidade, ambos os conceitos retomam a ambição globalizante e idealizante, apostando numa diferenciação de escalas e não de espaços perante a complexidade paisagística dos vazios de edificação, ambos propõem também uma nova abordagem conceptual ao introduzirem um maior grau de complexidade projectual. Quando apreendida dentro dos pressupostos da Arquitectura Paisagista, no contexto da descontinuidade espacial e formal dos territórios urbanos emergentes, a nova abordagem fornece, para além de um conjunto de princípios e soluções, um sistema operativo e uma estratégia de intervenção capaz de se implementar no terreno. Ela funde, assim, paisagem, agricultura, ecologia, arquitectura e arte na definição de um novo jardim de carácter multifuncional - o Jardim da Metrópole - destinado ao recreio e ao lazer, à produção agrícola e silvícola, à protecção patrimonial e ambiental. Estruturado a partir de infra-estruturas verdes e de mobilidade, a capacidade conectora e vertebradora este jardim desenha uma nova cidade, à escala regional, a partir da paisagem. O Jardim enquanto arquétipo de paisagem e de lugar, simultaneamente contentor ideológico e sistema complexo estruturado por uma espacialidade dinâmica em que se manifestam múltiplos processos e fenómenos de origem natural e antrópica dentro de uma temporalidade que liga o passado e o futuro, confere, mais uma vez, à Arquitectura Paisagista a possibilidade da utopia.

4. Da Utopia com os Pés-na-Terra: o Jardim Planetário ou o Planeta-Jardim

A conquista da terra e a utilização da Natureza, empreendidas de modo gradual e continuado pelas diferentes civilizações e gerações, tanto em busca da subsistência como da beleza, está na origem da criação da Paisagem. Pela sua diversidade morfológica e pela sua complexidade biológica, esta é, hoje [e sê-lo-á certamente no futuro], o contentor da ideia que traduz, na sua plenitude, o jardim como lugar natural e cultural, fértil e frágil, belo e feliz - o lugar derradeiro do Homem. Esta ideia de jardim, inscrito no território, imagem natural e humanizada, conduz-nos a um espaço finito, a um lugar ameno, a um mundo puro onde é possível a felicidade, tal como na paisagem primordial. À escala do grande Paraíso, no espaço de *Gaia*, é no planeta Terra que esta ideia encontra a condição de Jardim como lugar finito, autónomo e frágil, e, no Homem,

o actor privilegiado da gestão da relação que estabelece com a Natureza. Enquanto jardineiro planetário, o Homem deverá agir localmente em nome e em consciência do planeta inteiro [Clément,1999]: o Planeta-Jardim, o planeta ideal sonhado, ecossistema artificial, objecto artístico, morada do cidadão-jardineiro [e de todos os seres vivos], seu protector e criador.

A Arte de Jardinar, através do seu ideário e objectivos, procura aplicar este conceito na consubstanciação paisagem / jardim, desiderato humano atemporal e utópico no sentido em que não é de nenhum lugar concreto, mas de todos os lugares do planeta. Por trás desta ambição de ajardinar o planeta ou de transformar a Terra num jardim, baseada na reconciliação entre as sociedades humanas e os seus territórios, encontra-se, por um lado, a análise rigorosa da condição paisagística contemporânea, consequência da acção humana; e, por outro, a emergência de uma nova consciência, colectiva e individual, que atribuirá a cada um de nós [cidadãos-planetários] o dever de salvaguarda de todos os seres vivos do planeta, à semelhança do jardineiro na manutenção do seu ecossistema-jardim. Nesta perspectiva, a visão holística e sistémica do Jardim Planetário presta-se à análise inventiva da paisagem e à gestão ecológica da mesma, articulação que promove a interacção entre arte e ecologia, quer no processo de resgate das memórias dos lugares e do seu contributo para a consolidação da identidade cultural, quer na aceitação de que o Planeta-Jardim é um ecossistema dinâmico em permanente transformação [negando-lhe a ideia de museu ou de santuário], feito de vários tempos [cronológico, biológico, do ócio] e espaços [silvestres, selvagens, domesticados].

A idealização e construção de um Planeta-Jardim entendido como um todo social ecologicamente coeso e estável, em que o todo é mais do que a soma das partes, em que cada parâmetro ou variável interfere no conjunto e este em cada um dos seres vivos presentes, depende da consciência ecológica planetária e da “arte de fazer” com que o mínimo integre o máximo - postulados que o conceito de Jardim Planetário encerra enquanto paradigma para uma mudança capaz de oferecer uma nova forma de estar e de sentir a Natureza. Enquanto realidade possível desta relação, o Jardim Planetário inclui uma paisagem, que se estende a todo o planeta, sem distinção de espaços, e tanto abarca os territórios naturais como os territórios urbanizados, deste modo constituindo um novo campo de intervenção: a Terra. Ajardiná-la tendo em mente o jardim de Éden é conferir ao Homem o papel protagonista na sua defesa e salvaguarda enquanto “mago planetário” e artista-jardineiro que idealiza e materializa uma utopia: a de transformar o

Planeta num Jardim, com os pés-na-terra, em nome da Terra e de todos os seres vivos que a povoam.

5. Conclusão

A crise do modelo de desenvolvimento socioeconómico actual põe em evidência a crise do modelo de ocupação e de organização espacial, que se manifesta num ambiente degradado, com paisagens fragmentadas e descaracterizadas, cidades desqualificadas, alterações climáticas com consequências imprevisíveis, recursos naturais em vias de esgotamento, injustiça e tensão social. É evidente que o planeta Terra não tolerará durante muito mais tempo muitas mais agressões, nem tão pouco os actuais processos de degradação e de sobreexploração dos recursos, que estão também na origem das desigualdades sociais.

A urgência em contrariar o processo em curso e em adoptar um novo modelo de ordenamento da paisagem que reconcilie o Homem com a Natureza está na origem da ideia de Jardim Planetário, ancorada na ideia de jardim enquanto modelo de uma paisagem fundacional de suprema felicidade e de uma paisagem final de felicidade reconquistada. O destino do Homem como único garante da preservação da vida na Terra e [re]conquistador da sua própria felicidade, obriga-o, enquanto cidadão-jardineiro, a construir um espaço comum de futuro para todos os seres vivos, em que a visão da Arte Paisagista e dos Jardins, como arte da memória colectiva, antecipa a possibilidade de uma utopia para o nosso século: a construção do Jardim Planetário como território mental e paisagem ecologicamente equilibrada e socialmente útil, numa perspectiva de perpetuação da qualidade ambiental e de vida no planeta como condição para uma sociedade mais solidária, justa e feliz.

Referências Bibliográficas

Battle, E., *El jardín de la metrópoli. Del paisaje romántico al espacio libre para una ciudad sostenible*, Barcelona: Gustavo Gili, 2011.

Carapinha, A., *Da essência do Jardim português*. Dissertação de Doutoramento em Artes e Técnicas da Paisagem., Universidade Évora. 1995.

Clément, G., *Le Jardin en Mouvement*, Paris: Editions Pandora, 1991.

Clément, G., *Thomas et le Voyageur. Esquisse du jardin planétaire*, Paris: Albin Michel, 1997.

Clément, G., *Le Jardin Planétaire. Catalogue de l'Exposition Parc de la Villette, Paris 1999-2000*. Paris: Albin Michel, 1999.

Clément, G., Tercer paisaje. In Colafranceschi, D. ed. *Landscape + 100 palabras para habitarlo*. Barcelona, Gustavo Gili, 2007, p.181.

Roger, A., *Court traité du paysage*, Paris: Éditions Gallimard, 1997.

Telles, G. R., Paisagem global. Um conceito para o futuro. *Iniciativa para o desenvolvimento, a energia e o ambiente*. Número especial (Abril), 1994, pp.28-33.